

PRÁTICAS DE EQUIDADE NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL: DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSIVA

Equidade; Educação em saúde; Antirracismo

Introdução

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) destaca a necessidade de estratégias para enfrentar as disparidades raciais na saúde, reconhecendo que o racismo estrutural e institucional produz efeitos deletérios sobre a vida da população negra. Fundamentada nos princípios do SUS de universalidade, integralidade e equidade, essa política deve ser transversalizada considerando raça/cor, gênero, idade e territorialidade. Nesse contexto, as coordenações das Residências Multiprofissionais em Atenção Primária à Saúde, Saúde da Mulher e Saúde Mental, iniciadas em julho de 2025, têm o compromisso de promover ações voltadas aos determinantes sociais, fortalecendo uma atenção em saúde mais inclusiva e equitativa. A composição das residências, formada por pessoas autodeclaradas negros(as), LGBTQIA+ e, majoritariamente, mulheres, reforça a importância dessa abordagem. Como justificativa, tem-se a identificação de situações em que preceptores(as) e coordenadores(as) dos serviços de saúde reproduzem racismo e preconceito em suas rotinas de trabalho, evidenciando, assim, impactos nas experiências pessoais de servidores(as), residentes e usuários(as). Diante desse cenário, tornou-se necessária a construção de estratégias institucionais para o enfrentamento dessas violências. Objetiva-se criar um espaço de diálogo permanente sobre o racismo estrutural e institucional fundamentado no princípio da equidade e, a partir da formação de uma comissão de trabalho, instituir um protocolo de combate ao racismo, ao assédio, ao preconceito de gênero e ao capacitismo, considerando a interseccionalidade das múltiplas formas de opressão, especialmente, as vivenciadas por mulheres negras. Busca-se, ainda, promover o letramento racial para trabalhadores(as) e residentes, fortalecendo a luta antirracista no SUS.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido em parceria com a Coordenação das Residências Multiprofissionais e a Secretaria Municipal de Igualdade Racial (SMIR), a qual oferece suporte técnico e jurídico para a elaboração do protocolo. Também foram realizadas reuniões com as equipes dos serviços nos campos de prática das residências, identificando situações que evidenciam a necessidade da intervenção.

Resultados / Discussão

A ação ampliou a compreensão sobre as diferentes formas de racismo, especialmente, o racismo institucional presente nas relações e nos processos de trabalho dos serviços de saúde. Destaca-se a importância de ações institucionais de prevenção e combate às opressões, bem como da inserção das temáticas transversais na formação dos(as) residentes, em consonância com a Política Nacional de Residência.

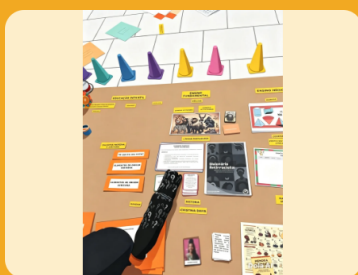
Considerações Finais

A experiência demonstra que o debate sobre racismo e inclusão é fundamental para combater as iniquidades estruturais. Alinhada aos princípios do SUS, à PNSIPN, às Diretrizes de Educação em Saúde e à Política Municipal de Saúde Integral da População Negra, a ação fortalece espaços de reflexão, acolhimento e educação permanente. Desse modo, pretende-se ampliar o letramento racial em toda a Secretaria Municipal de Saúde, iniciando pela Atenção Primária à Saúde e Atenção Especializada, contribuindo para uma atenção integral, equitativa e livre de violências.

Imagens Anexas



Calendário Municipal



Julho das Pretas 2026



Programa Saúde da Mulher

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Portaria Interministerial MS/MEC nº 8.995, de 28 de novembro de 2025. Brasília, DF, 2025.
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília, 2017.